

Partidos cobram ação do Governo

Os presidentes e líderes do PFL, PDS, PTB, PL, PDC e PMDB estarão reunidos hoje, pela manhã, para aprovar uma moção de repúdio a qualquer manobra contra a estabilidade das instituições e reafirmar a necessidade de o Governo revelar toda a verdade sobre a crise econômica e quais as providências que pretende adotar.

A liderança do PFL decidiu adiar a reunião de sua bancada na Câmara, prevista para depois de amanhã. A alegação é de que estão poucos deputados em Brasília e que o partido precisa conhecer primeiro as novas medidas econômicas. O adiamento, porém, beneficia o Governo, porque previa-se uma reunião agitada.

DIFICULDADES

Autor da proposta de reunião dos presidentes e líderes partidários, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ), líder do PDS, negou ontem

que haja objetivo de apolar o Governo, direta ou indiretamente. O que espera, do encontro, é uma manifestação clara contra tentativas contrárias às instituições, sem que isso represente, de qualquer modo, uma mudança de posição em relação à política econômica.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), negou que esteja participando de um bloco de moderados para apoiar o Presidente da República. "Claro que não farei nada que contribua para desestabilizar o Governo. Depois, a hiperinflação não é um problema que atinja somente o Governo, mas a todos nós. Temos de procurar soluções".

O líder do PL, deputado Adolfo de Oliveira (RJ), contesta que seu partido pretende integrar qualquer bloco de apoio ao Presidente da República. "Em relação ao Governo Federal, é decisão do PL colaborar com o presidente Sarney e sua administração, sem

participar do Governo, mantendo-se livre para a crítica, sempre que julgar oportuno", afirmou.

CAUTELA

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), observou ontem que não pediu a seus vice-líderes que dessem uma trégua ao Governo. Apenas informou-os de que havia solicitado ao Governo informações precisas sobre as futuras medidas econômicas e que as aguardassem para fazer qualquer julgamento.

O PFL somente se sentirá comprometido com essas medidas se for ouvido e as aprovar. Não há uma exigência do partido para que sejam demitidos os ministros da área econômica porque este é um direito do Presidente da República. O PFL insiste, porém, em que há grandes dificuldades na área econômica e quer participar da discussão das soluções.